



25 DE FEVEREIRO DE 2016

Quinta-feira

- PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO TEM ADESÃO DE MAIS 17 EMPRESAS
- TRABALHADORES DE FÁBRICA DA DANA NO RS CONCORDAM EM ADERIR AO PPE
- PSA PEUGEOT CITROËN SAI DO VERMELHO E CONCLUI REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA
- SAMSUNG LANÇARÁ PLATAFORMA DE SERVIÇOS DE CONEXÃO EM VEÍCULOS
- BALANÇA DE AUTOPEÇAS COMEÇA ANO COM DÉFICIT
- CRÉDITO PARA VEÍCULOS SEGUE EM QUEDA LIVRE
- ESPECIAL | SIDERURGIA BRASILEIRA VIVE O PIOR MOMENTO DA HISTÓRIA
- ESPECIAL | GOVERNO BRASILEIRO SE OMITE DIANTE DE DUMPING
- VALE ENCERRA 4º TRI COM MAIOR PREJUÍZO DESDE PRIVATIZAÇÃO
- TAXA DE DESEMPREGO SOBE PARA 7,6% EM JANEIRO, REVELA IBGE
- PF REALIZA BUSCAS NA GERDAU NA 6ª FASE DA ZELOTES
- APÓS REBAIXAR BRASIL, AGÊNCIA DE RISCO REDUZ NOTAS DE ESTADOS E CIDADES DO PAÍS
- ESPECIAL | CRISE ATINGIU CIDADES DEPENDENTES DO SETOR
- TRAGÉDIA DA SAMARCO 'OFUSCOU' REALIZAÇÕES EM 2015, DIZ PRESIDENTE DA VALE
- EMPRESA TERÁ REDUÇÃO DE GASTO COM BUROCRACIA DE LIVROS CONTÁBEIS
- 39% DOS TRABALHADORES NÃO TÊM FÉRIAS HÁ NO MÍNIMO 1 ANO, DIZ PESQUISA
- VALE ANUNCIA FIM DE GREVE EM MINA DE CARVÃO DE MOCAMBIQUE
- VALE VAI FAZER AUDITORIA EM TODAS AS BARRAGENS
- ARTIGO: SÃO TOMÉ
- MAIS DE UM TERÇO DA INDÚSTRIA DO PAÍS FICOU OCIOSA EM JANEIRO
- TERNIUM NÃO ESTÁ DISPOSTA A VENDER PARTICIPAÇÃO NA USIMINAS, DIZ PRESIDENTE
- ARTIGO: POR QUE O 'AJUSTE FISCAL' NÃO VAI DAR CERTO

- APOSTA ESTARIA NOS AÇOS PLANOS ESPECIAIS E MINI-MILLS
- DESENVOLVIMENTO MINEIRO PAUTADO NO AÇO
- TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO TÊM MAIOR QUEDA NA RENDA MÉDIA, DIZ IBGE

CÂMBIO EM 15/02/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,948	3,949
Euro	4,356	4,357

Fonte: BACEN

Programa de Proteção ao Emprego tem adesão de mais 17 empresas

24/02/2016 – Fonte: EM.com

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS) informou que mais 17 empresas aderiram formalmente ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Os termos foram publicados nesta quarta-feira, 24, e autorizam o cadastramento de 6.123 trabalhadores, elevando o número de total de beneficiários para 52.876.

As empresas que aderem ao PPE podem reduzir a jornada de trabalho dos empregados em até 30%, sem que o trabalhador tenha uma redução salarial no mesmo nível. Isso porque metade da diminuição da jornada é bancada pelo governo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), enquanto a outra metade é negociada entre funcionários e empresa. O PPE foi criado pelo governo em julho do ano passado para evitar demissões nas empresas que enfrentam dificuldades financeiras.

Os termos publicados hoje envolvem companhias dos setores industrial, automobilístico, comercial, de educação e de serviços, espalhadas por cinco Estados (Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo). Com as novas inclusões, o número de empresas participantes sobe para 89.

Novos pedidos

A fabricante de autopeças Dana informou que 1.100 trabalhadores de sua unidade em Gravataí, no Rio Grande do Sul, concordaram em aderir ao PPE, pelo período de seis meses. No início do ano, os funcionários das unidades de Diadema e Sorocaba também aprovaram a adesão. A empresa, no entanto, ainda não teve o seu termo publicado pelo governo. O pedido de adesão ainda será enviado para avaliação do ministério.

Estão em análise 18 novos pedidos de inclusão ao programa, que podem beneficiar mais 2.547 trabalhadores. As empresas podem aderir ao PPE até o dia 31 de dezembro de 2016.

Trabalhadores de fábrica da Dana no RS concordam em aderir ao PPE

24/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Em meio à forte queda na venda e na produção de veículos no Brasil, a fabricante de autopeças Dana informou nesta quarta-feira, 24, que 1.100 funcionários da unidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul, concordaram hoje em aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal.

O acordo prevê seis meses de adesão, podendo ser renovado por mais seis meses, caso o mercado não apresente melhora.

As empresas que aderem ao PPE podem reduzir a jornada de trabalho dos seus empregados em até 30%, sem que o trabalhador tenha uma redução salarial no mesmo nível. Metade da diminuição da jornada é bancada pelo governo, enquanto a outra metade é negociada entre funcionários e empresa.

No caso da Dana, 600 funcionários terão a jornada reduzida em 20%, com redução de 5% do salário (dos 15% restantes, 10% serão bancados pelo governo e os outros 5% pela empresa). Para os outros 500, a jornada cairá 10%, com diminuição salarial de 2,5% (dos 7,5% restantes, 5% bancados pelo governo e 2,5% pela empresa).

Em Gravataí, apenas 100 funcionários não entrarão no PPE. Com a aprovação dos trabalhadores, o próximo passo da Dana é enviar o pedido de adesão ao governo. As outras duas unidades da empresa no Brasil, em Diadema e Sorocaba, também fizeram o pedido de adesão.

Por terem começado o processo mais cedo, ambas estão em estágio de análise mais avançado. Somando as três unidades, a Dana tem cerca de 2 mil empregados no País.

A empresa explicou que decidiu recorrer ao PPE para poder acompanhar os movimentos da indústria automobilística, que tem enfrentado queda na produção. Em 2015, o volume de veículos produzidos pelas montadoras no Brasil caiu 22,8% em relação a 2014.

O recuo na produção se deve principalmente aos fracos resultados nas vendas, que caíram 26,5% na mesma comparação. Logo no primeiro mês de 2016, os dados mostraram quedas ainda mais intensas. A produção recuou 29% ante janeiro de 2015 e as vendas tiveram baixa de 38%.

O PPE foi criado pelo governo em julho do ano passado para evitar demissões nas empresas que enfrentam dificuldades financeiras. Diversas montadoras e fornecedores de autopeças já aderiram ao programa.

A adesão, porém, não tem evitado demissões em massa no setor. Só em 2015, 14,7 mil postos de trabalho foram eliminados pelas montadoras instaladas no País, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A indústria de autopeças, por sua vez, fechou 28,9 mil vagas, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças)

PSA Peugeot Citroën sai do vermelho e conclui reestruturação financeira

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business



No fechamento de seu balanço financeiro para 2015 a PSA Peugeot Citroën registra lucro líquido de € 1,2 bilhão, revertendo o prejuízo de € 550 milhões no ano anterior.

Na mesma base de comparação, o faturamento do grupo passou de € 53,3 bilhões para € 56,3 bilhões, sendo a divisão automotiva responsável por € 37,5 bilhões, alta de 4%, graças a política de aumento de preços líquidos, mix de produtos e o efeito de volume de venda maior, além do impacto favorável do câmbio.

Em nota, o presidente mundial do Grupo PSA, Carlos Tavares, comemora os resultados e anuncia a conclusão antecipada do plano de **reestruturação financeira** da empresa instaurado em abril de 2014.

“Realizamos nosso plano em tempo recorde graças à mobilização de toda a empresa e de seus parceiros. Saúdo esta vitória coletiva que nos traz de volta à corrida e demonstra todo o potencial da PSA. Num contexto internacional instável, a agilidade e a excelência operacional são as chaves do sucesso. Saberemos nos apoiar nessas forças para executar o nosso próximo plano de crescimento rentável”, declarou durante a apresentação do balanço na quarta-feira, 24, em Paris, na França.

Em seu relatório, a empresa informa que frente à antecipação dos resultados divulgará no próximo 5 de abril um novo plano estratégico de crescimento rentável e que com a conclusão da reconstrução econômica neste ano não haverá distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2015. Já a partir do exercício de 2016, será apresentada uma política de dividendos alinhada com as práticas do setor.

A empresa superou todos os seus objetivos. Para o fluxo de caixa operacional, que o grupo previa alcançar € 2 bilhões entre 2015 e 2017, registrou € 3,8 bilhões em 2015, excluindo as despesas da reestruturação e outros itens extraordinários. A PSA também tinha o objetivo de atingir margem operacional de 2% na divisão automotiva até 2018 e de 5% no médio prazo, entre 2019 a 2023, mas obteve os 5% já em 2015.

O lucro operacional do Banco PSA chegou a € 514 milhões, € 177 milhões acima do resultado do ano anterior. Segundo a empresa, a parceria estratégica com o Santander proporcionou ao grupo condições competitivas de refinanciamento. Por sua vez, a Faurecia, divisão de autopeças, elevou seu lucro para € 830 milhões, € 235 milhões a mais na comparação com 2014.

No fim de dezembro de 2015, o nível total dos estoques era de 350 mil veículos (incluindo a rede de distribuição), apresentando um aumento de 11 mil veículos na comparação com dezembro de 2014. No ano passado, as vendas globais da PSA Peugeot Citroën fecharam com crescimento de 1,2%.

Samsung lançará plataforma de serviços de conexão em veículos

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A Samsung lançará uma nova plataforma de conexão em veículos denominada Connect Auto ou Connect Car Solution que une produtos e serviços integrados à internet dentro dos carros.

Por meio de um módulo semelhante a um pen-drive que se conecta à porta OBD localizada abaixo do volante será possível utilizar todas as facilidades de conexão para diferentes necessidades, além dos serviços inteligentes disponíveis pela solução.

Inicialmente, o lançamento está previsto primeiro para os Estados Unidos no segundo trimestre deste ano. Para isto, a Samsung firmou parceria com a AT&T para ser a provedora de serviço sem fio no país.

Outras parcerias já estão confirmadas, tais como Orange, Willis Tower Watson e AXA. Há planos de lançamento posterior na Europa, e segundo a Samsung, ainda não há previsão de oferecer o produto no Brasil.

Entre os serviços disponíveis, estão alertas para o aprimoramento da direção, contribuindo para uma melhora no consumo de combustível, além de conexão sem fio (wi-fi) para os ocupantes.

Também será possível contar com um mecânico virtual que verifica de forma inteligente a situação do carro a fim de recomendar por meio de notificações de desempenho os serviços de manutenção e/ou conserto oferecidos por uma rede especializada.

Em alguns países, será disponível que os motoristas possam aproveitar o recurso de Seguro Baseado em Uso (UBI) se optarem por compartilhar os dados dos seus veículos para receber ofertas das seguradoras.

Já para profissionais que ficam muito tempo nas ruas, podem ser gerados automaticamente registros de viagem em forma de relatórios enviados por e-mail para ajudar os usuários a monitorarem suas despesas durante viagens de trabalho.

No caso de um acidente, um alerta de emergência notifica os contatos do motorista e os serviços de assistência de acidentes são acionados. O aplicativo Find My Car também ajuda a localizar o carro em tempo real, usando a rede LTE (3G) e GPS.

Segundo a Samsung, o Connect Auto tem sua segurança garantida pela plataforma Knox, da própria Samsung e que fornece segurança digital por meio de diferentes níveis de software, incluindo aplicativos.

“Nós temos escutado os nossos consumidores nos pedindo para ir além dos limites e criar um ecossistema conectado para carros que faça a integração de maneira perfeita entre os nossos produtos e os serviços dos nossos parceiros para uma experiência de dirigir melhor”, disse em comunicado Injong Rhee, vice-presidente executivo e diretor

dos negócios de P&D, softwares e serviços e comunicações mobile na Samsung Electronics.

“Por meio de colaborações com valiosos parceiros e especialistas em muitos mercados, estamos seguindo a nossa visão de oferecer tecnologias de Internet das Coisas (IoT) para as vidas que as pessoas levam todos os dias.”

“O desejo da Samsung em trabalhar com outras empresas para criar um ecossistema de verdadeira interoperabilidade vai fazer com que a companhia seja uma das líderes no mercado de pós-vendas de veículos conectados”, afirma Chris Penrose, vice-presidente sênior de IoT da AT&T Business Solutions.

“A Orange Business Services está muito orgulhosa em colaborar com a Samsung para oferecer em parceria a experiência avançada e os serviços em IoT/M2M para a indústria automotiva. Este mercado está crescendo exponencialmente e estamos ansiosos para contribuir para o ecossistema de carros conectados da Samsung na Europa e em outros lugares”, comentou Valérie Cussac, vice-presidente de mobile na França e Internacional na Orange.

“Essa nova plataforma de distribuição mobile é um potencial divisor de águas e acreditamos que irá trazer o seguro com base no uso para o mercado de massa”, comenta Geoff Werner, diretor global de telemática na Willis Towers Watson. “Nós estamos animados para colaborar com a Samsung e a Tantalum, ampliando nossas análises de seguro para incentivar uma condução mais segura e ajudar os consumidores a terem acesso a melhores valores com as seguradoras.”

“A AXA está honrada em fazer uma parceria com a Samsung no desenvolvimento de um verdadeiro ecossistema seguro de carros conectados que irá trazer tranquilidade para os nossos consumidores, além de proporcionar um seguro adicional e novos serviços de assistência para contribuir com a melhora do comportamento dos motoristas”, diz Serge Morelli, vice-CEO da AXA Partners e CEO da AXA Assistance.

Balança de autopeças começa ano com déficit

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business

A balança comercial brasileira de autopeças começou 2016 com déficit de US\$ 490,18. No entanto, o valor registrado em janeiro foi 34,5% menor que o do mesmo mês do ano passado. O levantamento foi feito pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) a partir de dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

As exportações caíram 27,4% e as importações foram 31,6% menores no primeiro mês do ano. Os embarques para 122 países somaram US\$ 365,64 milhões. As compras externas provenientes de 113 nações foram de US\$ 855,82 milhões no período.

A Alemanha, que terminou 2015 como quarto maior fornecedor ao Brasil, inicia 2016 no topo da lista. Os Estados Unidos perderam a liderança e aparecem em segunda posição. Os japoneses iniciam janeiro no terceiro lugar entre os principais fornecedores, mesma colocação em que fecharam 2015.

O lado oposto mostra que o Brasil continua muito dependente da Argentina para as exportações. O principal comprador de componentes produzidos no Brasil concentra 27,8% dos embarques de componentes. Os Estados Unidos mantêm o segundo lugar entre os principais destinos das autopeças brasileiras e responderam em janeiro por 18,9% das vendas externas.

Crédito para veículos segue em queda livre

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business



O saldo do crédito para a aquisição de veículos fechou janeiro em R\$ 159,3 bilhões, 13,3% abaixo do registrado em igual mês do ano passado, quando o valor era de R\$ 183,8 bilhões, segundo dados preliminares divulgados na quarta-feira, 24, pelo Banco Central.

O saldo segue em queda livre, sendo este o menor valor registrado há pelo menos dois anos, de acordo com o relatório. Sobre dezembro, cujo saldo foi de R\$ 160,8 bilhões, o recuo foi de 0,9%. Todos os dados se referem às operações para pessoas físicas.

Na mesma tendência de baixa, a concessão de crédito diminuiu 18,5% em janeiro na comparação anual, passando de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 5,5 bilhões. A queda do montante reflete além do menor volume de vendas, a continuidade da política de maior restrição ao crédito por parte dos bancos cada vez mais seletivos.

Já a inadimplência, que computa os atrasos dos pagamentos acima de 90 dias, subiu 0,1 ponto porcentual em janeiro contra dezembro, passando de 4,1% para 4,2%.

Apesar do índice para veículos estar abaixo dos 10,7% para outros bens, o relatório do BC mostra sua evolução: em dezembro de 2014, a inadimplência estava em 3,9% e assim permaneceu até setembro do ano passado, quando começou a oscilar entre 4% e 4,1% até dezembro último.

Enquanto isso, os dados sobre atrasos entre 15 e 90 dias, que servem como termômetro para a inadimplência, vem diminuindo ao longo dos meses. Em janeiro de 2016 fechou em 7,8% para veículos, o menor índice da série há dois anos, no mínimo: em mesmo mês de 2015 o índice estava em 12,7%, caindo mês a mês até apontar para 8,2% em dezembro.

TAXAS E PRAZOS

A taxa média de juros também subiu em janeiro encerrando o mês em 27,5%, a maior dos últimos dois anos, segundo o relatório.

No comparativo referente a janeiro de 2015, quando a taxa era de 26,8%, elevou-se em 0,7 ponto porcentual ou 3,7%. Contra dezembro, cujo índice aplicado para financiamentos de veículos foi de 26%, houve alta de 5,7%.

Já os prazos médios dos contratos para o financiamento de veículos têm mantido o índice de 41 meses ao longo dos últimos 12 meses, incluindo janeiro deste ano e exceto janeiro de 2015, quando o prazo era de 42 meses.

24/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O consumo de aço está ligado ao crescimento da economia de um país. A indústria siderúrgica gera empregos, renda, arrecadação e tecnologia em toda a cadeia produtiva.

Desde o minério de ferro, seu principal insumo, passando pela silvicultura, pela indústria de máquinas e equipamentos, pelas fundições, até itens de uso diário, pessoal ou coletivo, envolve toda a infraestrutura.

Em Minas Gerais, o desenvolvimento do setor fez surgir cidades, deu nome a regiões, como o Vale do Aço, trouxe o crescimento de outras atividades industriais, do comércio e dos serviços a reboque.

O setor viveu seus anos dourados, mas hoje, nas palavras do presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, "vive o pior momento da sua história". A inversão desse ciclo virtuoso trouxe consequências desastrosas para municípios e economias dependentes da siderurgia.

"A siderurgia tem efeitos diretos e indiretos muito grandes onde atua. São modificadores de crescimento, mas quando a atividade declina o efeito negativo é enorme. Minas é o Estado mais interessado na elaboração de um plano estratégico para recuperar o setor, mas está difícil", lamenta o diretor de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), César Medeiros.

Sem crescimento econômico, a siderurgia não decola. Sem investimentos em infraestrutura, a demanda não existe. Com vários players brigando por um mercado interno enxuto, de 10,5 milhões de toneladas no ano passado, segundo o IABr, a fatia de cada um é pequena e a competição é grande.

Os principais consumidores estão todos em retração. O setor automotivo viu sua produção cair 22,8% em 2015. A construção civil se encontra praticamente parada. Os fabricantes de máquinas e equipamentos assistiram suas vendas encolher 14,4% só no ano passado. Juntos esses segmentos consomem 80% do aço produzido no País.

Política industrial - Especialistas consultados pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO são unânimes ao afirmar que no chão de fábrica as usinas brasileiras são competitivas, se considerados equipamentos, processos e tecnologias. É claro que há espaço para aperfeiçoamento, mas é do portão da fábrica para fora, onde se depende do governo, que a situação é desastrosa.

Não existe fórmula mágica, destaca o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Olavo Machado Junior. "O problema da siderurgia é o mesmo de toda a indústria: falta política industrial no País. Não há dúvidas de que a competição mundial é acirrada e o excesso de aço no mundo mexe nos preços, mas se tivéssemos uma política de desenvolvimento, de investimentos em infraestrutura, a situação poderia ser diferente", avalia.

No cenário externo, um excedente de 700 milhões de toneladas de aço por ano, 14,3 vezes mais do que a capacidade das usinas brasileiras, de 48,8 milhões de toneladas anuais, gera uma concorrência predatória. E, se o País não é competitivo, com uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, energia cara, custos trabalhistas altos, logística deficitária e incapacidade de proteção do mercado, a siderurgia nacional não

consegue competir mundo afora, ainda mais sem escala produtiva.

Os problemas são estruturais e conjunturais. Estruturais porque o País não cresce mais, não investe em infraestrutura, a economia estagnou e as previsões do último boletim Focus do Banco Central são de queda de 3,4% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2016. Conjunturais, devido às sobras de aço no mercado global, à enxurrada de produtos siderúrgicos chineses no mundo e ao preço baixo do aço.

"A crise de hoje esbarra nas empresas descapitalizadas. É a pior que vi na história brasileira. Já foram enfrentadas crises que aconteciam em função de um fato específico. Agora é uma crise de fundamentos da indústria mundial do aço", pontuou o ex-presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas) e da Vale S/A e ex-secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Wilson Nélio Brumer.

Há alternativas dentro e fora das usinas, mas o fato é que a siderurgia enfrenta uma maré de maus resultados. No Brasil, o cenário é agravado pela crise econômica. A demanda interna por aços planos caiu 30% nos dois últimos anos. Nos últimos quatro anos, a Usiminas perdeu 84% do seu valor de mercado; a Gerdau, 75%; e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 73%.

Todas citam em seus relatórios a influência da China para a deterioração do setor no Brasil e no mundo. As companhias chinesas responderam por 49,5% da produção mundial no ano passado, com 803,8 milhões de toneladas de aço bruto. A capacidade chega a algo próximo de 1 bilhão de toneladas, aproximadamente 40% das 2,6 bilhões de toneladas da capacidade mundial.



ESPECIAL | Governo brasileiro se omite diante de dumping

24/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A política agressiva de expansão da atividade siderúrgica chinesa, que inunda o mundo com toneladas de aço, tem forçado países produtores a buscar alternativas de proteção a seus mercados. A medida, já em estudo pelos Estados Unidos, ainda não foi adotada pelo governo brasileiro, que mantém as fronteiras abertas para a entrada do produto no País sem ressalvas.

O desconforto no mercado internacional com a situação é tão grande que vários países acusam os chineses de estarem cometendo dumping, ou seja, venda de produtos abaixo do custo de produção, para ganhar maior representatividade no mercado. A prática é ilegal segundo as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Países como Austrália, Estados Unidos e Índia estão com uma série de denúncias envolvendo esta prática em processo de investigação. Uma vez comprovada a atitude ilegal por parte dos asiáticos, o aço exportado por eles poderá ser vendido com um valor adicional, equivalente a uma multa aplicada.

Os Estados Unidos pretendem ir além. Até março, o Departamento de Comércio norte-americano estuda a possibilidade de taxar em 7,42% os aços laminados a quente importados pelo país. O objetivo é proteger o mercado interno, principalmente da China.

Mas a medida afeta outros países que são parceiros comerciais dos EUA, como o Brasil. "A medida vem em resposta à política siderúrgica chinesa, mas também tem ligação com a valorização do dólar que tem tirado ainda mais a competitividade das siderúrgicas norte-americanas. Para o Brasil, isso não é nada positivo porque os Estados Unidos representam um mercado de peso para o País", afirma o analista de siderurgia da Tendências Consultoria Integrada, Felipe Beraldi.

Segundo dados da Exportaminas, braço da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede), as exportações brasileiras de aços laminados a quente para os Estados Unidos cresceram 6,59% em 2015 frente a 2014, ao sair de US\$ 845,425 milhões para US\$ 901,179 milhões. Os Estados Unidos são o principal comprador desse produto do Brasil, com uma representatividade de 29% sobre o montante exportado.

Do total exportado pelo País em 2015, US\$ 85,24 milhões foram produzidos em Minas Gerais. Em 2014, o Estado tinha participado com US\$ 85,07 milhões. No caso do Estado, os Estados Unidos têm uma participação de 1,2% nas vendas, sendo o segundo mercado, perdendo para Argentina.

Protecionismo - Para o analista da Walpires Corretora, Ângelo Larozi, falta uma ação protecionista por parte do governo brasileiro para garantir o mercado interno. "O governo chegou a avaliar um pleito das siderúrgicas no sentido de taxar a importação mas o parecer foi negativo. Enquanto nada é feito, as empresas enfrentam uma recessão, com paralisação de produção e demissões", afirma.

O ex-presidente da Usiminas e da Vale, Wilson Nélio Brumer, concorda: "O Brasil está muito mal preparado em termos de respostas rápidas a uma fiscalização em seus portos e às práticas de dumping. Enquanto nos Estados Unidos se investiga um caso de dumping e, se confirmado, já há uma tributação em cima do produto, no Brasil muitas vezes a investigação demora mais de um ano para começar. Não estamos preparados e isso é um papel de governo", afirma.

Vale encerra 4º tri com maior prejuízo desde privatização

24/02/2016 – Fonte: R7

A mineradora Vale registrou prejuízo líquido de 33,156 bilhões de reais no quarto trimestre de 2015, o pior resultado desde pelo menos a privatização da empresa, em 1997, com suas contas afetadas pelos baixos preços das commodities, que levaram a companhia a realizar uma expressiva baixa contábil.

O resultado negativo dos três últimos meses do ano da companhia, maior produtora global de minério, foi quase 7 vezes maior que o prejuízo registrado no último trimestre de 2014, de 4,761 bilhões de reais, publicou a empresa nesta quinta-feira.

Em dólares, a Vale teve prejuízo líquido de 8,569 bilhões de dólares no quarto trimestre, ante uma expectativa de prejuízo de 56 milhões de dólares, segundo uma pesquisa da Reuters com oito fontes do mercado.

No acumulado de 2015, a Vale teve a pior perda para uma empresa brasileira de capital aberto em pelo menos 30 anos, segundo dados da Economática, com prejuízo líquido de 44,213 bilhões de reais, ante um lucro de 954 milhões em 2014, devido principalmente a uma menor margem na geração de caixa, a baixas contábeis e ao efeito negativo nos resultados financeiros da depreciação do real ante o dólar.

Antes da Vale, o pior prejuízo anual para uma empresa brasileira de capital aberto desde 1986 havia sido da Petrobras, em 2014, quando a empresa fez uma bilionária baixa contábil em ativos relacionados ao esquema de corrupção revelado pela operação Lava Jato, da Polícia Federal.

O resultado da Vale acontece apesar da empresa ter superado a meta de produção de minério de ferro em 2015, com recorde de 345,9 milhões de toneladas.

Entretanto, no último ano, o preço do minério de ferro recuou 43 por cento ante 2014, para média de 55,5 dólares/tonelada, segundo dados da Vale.

Em um vídeo publicado no site da companhia, o diretor financeiro Luciano Siani afirmou que o prejuízo acumulado em 2015 foi principalmente causado pelas baixas contábeis e pelo efeito da desvalorização do real frente ao dólar na dívida da companhia, efeitos não caixa, "que não afetam o dia a dia da geração de recursos da empresa."

Ele destacou que as baixas contábeis foram resultado de "um ajuste muito forte que ocorreu na indústria de mineração, em função da queda dos preços".

Em dólares, as baixas contábeis de 2015 totalizaram 8,569 bilhões, sendo que as reduções mais significativas foram registradas nos valores de ativos no exterior.

Já a desvalorização de 47 por cento do real em relação ao dólar impactou o valor da dívida da Vale quando medida em reais, segundo destacou o diretor.

Os ativos de carvão em Moçambique tiveram baixa de 2,4 bilhões de dólares, e os ativos de níquel na Nova Caledônia e Newfoundland/Labrador (Canadá) tiveram seus valores reduzidos em 1,46 bilhão e 3,46 bilhões de dólares, respectivamente.

A empresa registrou também Ebitda ajustado (sigla para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 5,386 bilhões de reais no quarto trimestre, queda de 3 por cento ante o mesmo período em 2014. No acumulado de 2015, o Ebitda ajustado foi de 23,654 bilhões de reais, queda de 24 por cento ante 2014.

Taxa de desemprego sobe para 7,6% em janeiro, revela IBGE

24/02/2016 – Fonte: R7

A taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do País ficou em 7,60% em janeiro de 2016. O resultado ficou dentro do intervalo das estimativas dos analistas ouvidos pelo AE Projeções, que esperavam um resultado entre 7,20% a 8,70%, com mediana de 7,90%. Em dezembro de 2015, a taxa de desocupação foi de 6,9%.

O rendimento médio real dos trabalhadores em janeiro de 2016 foi de R\$ 2.242,90, contra R\$ 2.273,44 em dezembro de 2015, o que representou queda de 1,3%. Na comparação com janeiro de 2015, houve recuo de 7,4%.

Massa de renda real

A massa de renda real habitual dos ocupados no País somou R\$ 52,1 bilhões em janeiro, recuo de 2,5% em relação a dezembro do ano passado, informou o IBGE. Na comparação com janeiro de 2015, a massa diminuiu 10,4%.

Já a massa de renda real efetiva dos ocupados totalizou R\$ 64,8 bilhões em dezembro de 2015, alta de 8,8% em relação a novembro. Na comparação com dezembro de 2014, houve redução de 9,6% na massa de renda efetiva. Nesse caso, o levantamento sempre considera os dados do mês anterior ao período mais recente.

PF realiza buscas na Gerdau na 6ª fase da Zelotes

24/02/2016 – Fonte: R7

A Polícia Federal realiza nesta quinta-feira a 6ª fase da operação Zelotes com mandados de busca e apreensão em sedes do grupo siderúrgico Gerdau por suspeita de ter tentado sonegar até 1,5 bilhão de reais.

Em comunicado, a PF informou que nesta fase da Zelotes, além de 18 mandados de busca, também estão sendo cumpridos "22 mandados de condução coercitivas em Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife e duas oitivas autorizadas judicialmente, realizadas no Complexo da Papuda, em Brasília". A Zelotes investiga fraudes relacionadas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O comunicado da PF afirma que a operação tem como alvo uma empresa siderúrgica nacional, mas não menciona que se trata da Gerdau, informação dada à Reuters mais cedo por uma fonte que pediu para não ser identificada, e confirmada posteriormente pela própria empresa.

Um dos mandados de condução coercitiva é para o presidente-executivo da empresa, André Gerdau Johannpeter, segundo a TV Globo.

No comunicado, a PF diz que a empresa celebrou contratos com escritórios de advocacia e de consultoria, "os quais, por meio de seus sócios, agiram de maneira ilícita, manipulando o andamento, a distribuição e decisões do Carf, visando obter provimento de seus recursos e cancelamento da cobrança de tributos em seus processos".

A Gerdau, por sua vez, afirmou em comunicado que está colaborando com as investigações e negou envolvimento em qualquer negociação ilegal.

"Com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim", disse a empresa.

Após rebaixar Brasil, agência de risco reduz notas de Estados e cidades do País

24/02/2016 – Fonte: R7



A agência de classificação de risco Moody's rebaixou os ratings dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Maranhão, bem como das cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nesta quarta-feira (24).

A ação veio na esteira do rebaixamento do rating do Brasil em dois graus, de Baa3 para Ba2, com perspectiva negativa, também nesta quarta-feira. Com isso, o País perdeu o grau de investimento pela agência.

Segundo a Moody's, o rebaixamento foi motivado pela perspectiva de mais deterioração nas métricas de crédito do Brasil, em um ambiente de baixo crescimento, com a dívida do governo podendo superar 80% do PIB (Produto Interno Bruto) dentro de três anos.

A agência afirma que o rebaixamento dos Estados e municípios "reflete, principalmente, as próximas ligações macroeconômicas e institucionais entre os governos municipais e estaduais e o governo federal".

— Na visão da Moody's, a contínua deterioração da economia brasileira e a posição fiscal do País têm um impacto direto no ambiente operacional dos Estados e cidades.

ESPECIAL | Crise atingiu cidades dependentes do setor

24/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A crise do setor siderúrgico tem feito com que as cidades localizadas no maior polo siderúrgico mineiro enfrentem a pior crise de suas histórias. O Vale do Aço que, como o próprio nome já diz, tem sua economia bastante pautada nessa cadeia produtiva, agora tenta se reestruturar, buscando fontes alternativas de renda e emprego. Enquanto isso, a economia local encolhe a olhos vistos.

A verdade é que o Vale do Aço, uma região que cresceu às sombras do setor, tem boa parte da sua economia dependente dos resultados da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas) e Aperam South America. Dessa forma, os 23 municípios do "colar metropolitano" têm sua estrutura toda montada para atender às necessidades dessas duas grandes empresas.

O peso fica maior ainda nas quatro cidades que formam a Região Metropolitana do Vale do Aço (Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso). Juntas, elas respondem por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial de Minas Gerais, graças ao peso da siderurgia para o Estado.

"Quando a Usiminas chegou não havia infraestrutura montada na cidade e foi ela quem fez boa parte dos investimentos necessários", afirma o presidente da Regional Vale do Aço da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Luciano Araújo.

Até 2008, mesmo com uma estrutura pouco diversificada, a cidade vinha crescendo consideravelmente. Mas depois da crise econômica mundial, que tem sido agravada com o excesso de aço no mundo e o baixo preço, o município começou a sentir. E as dificuldades recentes vividas pela Usiminas, que além de resultados negativos ainda enfrenta uma crise política internamente, torna o cenário mais preocupante.

Imóveis - "Estamos sentindo na pele essa crise do setor siderúrgico. Nunca vimos tantos imóveis comerciais fechados e tantas demissões", afirma o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Amarildo Assis. Segundo ele, a cidade tem perdido, inclusive, mão de obra qualificada, uma vez que muitos trabalhadores demitidos estão procurando recolocação profissional em outros mercados.

Segundo o secretário municipal de Fazenda, Fábio Mussi, o ICMS de Ipatinga caiu 11% em 2015 frente a 2014. A projeção para este ano é que haja mais uma baixa, dessa vez de 13%. O tributo representa 40% da receita total do município.

No momento, há todo um esforço para a diversificação da economia local. Há setores que estão buscando alterar os mercados em que atendem, por exemplo. Mas esse é um movimento que demanda um certo tempo para deslançar. "A reversão do cenário siderúrgico é um baque que a curto prazo não temos como nos reerguer", afirma Mussi.

Dentre as iniciativas em curso para aumentar as opções no mercado está a expansão do distrito industrial. O objetivo é buscar empresas da área de tecnologia da informação (TI) para ocuparem a área. "A siderurgia não vai melhorar do dia para a noite e temos que continuar caminhando. É uma tentativa. E várias outras serão colocadas em prática", afirma Assis.

E os outros setores também têm sentido os impactos do mau momento da siderurgia. Segundo o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária e de Prestação de Serviços de Ipatinga, Luís Henrique Alves, a queda nas vendas em 2015 frente a 2014 ficou na casa dos 10%.

"A situação poderia ter ficado muito pior se a mesma crise tivesse acontecido há 15 anos. A cidade estava muito menos preparada do que hoje. Agora, pelo menos no comércio, nos tornamos um polo regional", afirma.

Tragédia da Samarco 'ofuscou' realizações em 2015, diz presidente da Vale

24/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em carta publicada no balanço de 2015, o presidente da Vale, Murilo Ferreira, diz que os esforços da companhia para reduzir custos foram "ofuscados" pela tragédia de Mariana (MG), que deixou 17 mortos e 2 desaparecidos.

A Vale registrou prejuízo de R\$ 44,213 bilhões no ano, com fortes impactos da queda dos preços do minério, que levaram à queda de receita e à baixa de ativos, e da desvalorização do real frente ao dólar.

Em sua carta, Ferreira preferiu destacar os resultados de seu esforço para reduzir custos durante o ano.

"Conseguimos reduzir custos e despesas, progredimos com a implementação de nossos projetos de capital, avançamos com nosso plano de venda de ativos e mantivemos nossa posição de dívida bruta estável", diz, na carta que abre o balanço.

"Entretanto, nossas realizações foram ofuscadas pela ruptura da barragem de rejeitos da Samarco", continua o texto. A Vale é uma das controladoras da empresa, ao lado da BHP, e foi citada em ação civil pública na Justiça de Belo Horizonte que pede R\$ 20,2 bilhões para remediação dos danos.

A Vale diz que "tem adotado todas as medidas necessárias para assegurar seu direito de defesa." Desde os primeiros dias após a tragédia, a mineradora tem tentado se descolar, do ponto de vista jurídico, da subsidiária.

No balanço, Ferreira diz que a Vale está "comprometida" com o suporte às vítimas e com a recuperação da área atingida.

A companhia declarou baixa de US\$ 132 milhões no valor contábil de sua fatia na Samarco. Além disso, a subsidiária contribuiu para o resultado negativo do ano com US\$ 167 milhões.

Empresa terá redução de gasto com burocracia de livros contábeis

24/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma economia de quase meio de bilhão de reais deve ser gerada às empresas brasileiras, num prazo de cinco anos, com o fim de gastos em taxas de registro e impressões de livros contábeis, uma prática antiga, mas que ainda existe no país.

A medida, que deve ser anunciada e publicada em decreto presidencial nesta quinta-feira (25), acaba com a necessidade de autenticação pelas Juntas Comerciais de livros contábeis enviados à Receita Federal por meio do Sistema Público de Escrituração Digital, o Sped.

A estimativa é que, com a desobrigação das taxas de autenticação, a redução de custo chegue a R\$ 26 milhões neste ano. Em cinco anos, poderá chegar a R\$ 433 milhões, incluindo também o corte de gastos com a impressão dos livros fiscais.

A medida foi elaborada pelo programa Bem Mais Simples Brasil, coordenado pelo presidente nacional do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Guilherme Afif Domingos.

Segundo ele, será possível liberar mão de obra nas Juntas Comerciais, com aumento de agilidade no processo digital. "Atualmente, há 1,1 milhão de livros digitais enviados por meio do Sped que estão acumulados à espera da autenticação", ressaltou. "Num mundo cada vez mais digital, não haveria necessidade desses livros físicos, é um gasto inútil e atrasado."

A equipe de Afif Domingos contratou uma pesquisa para quantificar também, além da economia de gastos para as empresas, os ganhos ambientais com a medida.

O resultado é que o fim da impressão de livros pouparia 468 mil árvores e o equivalente a 47 mil caminhões-pipa de água. Haveria ainda economia de energia suficiente para sustentar uma cidade de 14 mil habitantes por um ano.

O governo federal também anunciará medidas para desburocratizar as atividades profissionais de tradutores juramentados e leiloeiros, que poderão atuar em todo o país, e não apenas nos Estados nos quais são registrados.

No esforço de reduzir o custo com a impressão de papéis, o governo federal vai estudar acabar com a obrigatoriedade de publicação em jornais públicos e privados de balanços, atas e demonstrações financeiras por empresas de capital aberto.

A ideia é estabelecer que os informes públicos sejam feitos apenas em meios digitais. A estimativa do governo federal é que a iniciativa gere uma economia para as empresas públicas e privadas de até R\$ 943 milhões, incluindo gastos com publicação, checagem e arquivamento.

Na mesma linha de reduzir a burocracia brasileira e cortar custos, o governo federal estuda ainda medida que tornará automática a transferência de veículos.

39% dos trabalhadores não têm férias há no mínimo 1 ano, diz pesquisa

24/02/2016 – Fonte: G1



Mais de 39% dos trabalhadores brasileiros disseram não ter tirado férias nos últimos 12 meses, apontou pesquisa da Catho, que traça um panorama sobre a contratação, demissão e carreira dos profissionais do país. O percentual é maior do que os 36,9% registrados em julho do ano passado.

Entre os profissionais que tiveram o período de descanso 5,6% ficaram em casa por uma semana e 13,6% por duas semanas.

Entre os que tiraram uma pausa maior, 15,8% tiraram férias por três semanas e 25,8% pelo período completo.

“O período de férias é importante para que o profissional descanse e depois possa retomar suas atividades com fôlego renovado.

Em um período em que as empresas reduzem quadros e exigem mais do funcionário, no entanto, tornam-se mais comuns os casos em que o profissional decide adiar as férias”, afirma Murilo Cavellucci, Diretor de Gente e Gestão da Catho.

As informações fazem parte da Pesquisa dos Profissionais Brasileiros, um estudo anual feito pela Catho desde 1988. Originalmente lançada a cada dois anos, ela passou a ser anual em 2013.

O levantamento de 2015 contou com 23.011 respondentes de todo o Brasil. Do total de respondentes, 54,2% estão empregados; sendo que 29,7% são de grandes empresas (com mais de 500 funcionários). A pesquisa foi feita no período de 13 de junho a 29 de julho de 2015.

Vale anuncia fim de greve em mina de carvão de Moçambique

24/02/2016 – Fonte: G1

Trabalhadores da mina de carvão de Moatize da Vale, em Moçambique, retornaram ao trabalho após encerrarem uma greve sobre pagamentos de bônus, disse a empresa nesta quarta-feira (24).

Um porta-voz da mineradora disse que os 1.400 funcionários, que abandonaram os trabalhos há pouco mais de uma semana, encerraram a greve na sexta-feira.

A Vale disse que nenhum de seus trabalhadores no mundo recebeu bônus porque a empresa não atingiu a performance financeira necessária no ano passado devido aos preços em queda das commodities.

No Brasil, o não pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) tem gerado protestos de funcionários de minas de minério de ferro em Minas Gerais, nesta semana.

Na quinta-feira, a companhia deverá publicar os resultados financeiros do quarto trimestre de 2015. Analistas acreditam que o resultado poderá apresentar melhora ante o mesmo período do ano passado, mas ainda será fraco.

Histórico de movimentos

Na terça-feira, sete minas da companhia e dois terminais ferroviários, nas cidades mineiras de Nova Lima e Itabirito, tiveram seus portões bloqueados por manifestantes para a entrada de funcionários de manhã até o início da tarde, segundo a Vale.

O Sindicato Metabase Belo Horizonte, que representa as minas na região, disse à Reuters que a produção das unidades foi afetada, embora não tenha informado o volume. A Vale ainda não respondeu se confirma o impacto na extração.

As minas impactadas pelo movimento na terça-feira foram Mutuca, Capão Xavier, Tamanduá, Capitão do Mato, Mar Azul, Vargem Grande e Pico.

O Metabase Belo Horizonte diz que a greve foi suspensa temporariamente, aguardando negociações com a Vale.

Em meados de fevereiro, cerca de 1.400 trabalhadores da mina de Moatize, em Moçambique, também entraram em greve devido ao não pagamento de PLR.

Vale vai fazer auditoria em todas as barragens

24/02/2016 – Fonte: EM.com

A tragédia na Samarco acendeu o sinal de alerta na Vale. A mineradora está fazendo uma nova auditoria de todas as suas 168 barragens no País. O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a varredura atende a uma recomendação de seu conselho fiscal, como decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), que deixou 17 mortos e dois desaparecidos há pouco mais de três meses.

O trabalho deve ser encerrado em março. A ideia é que no futuro a companhia estenda a auditoria externa às barragens de suas operações internacionais.

Logo após o rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de novembro, a Vale divulgou a verificação detalhada das condições estruturais de 115 das barragens mais

relevantes da empresa. Segundo a mineradora, na época nenhuma alteração foi detectada. Essa foi uma auditoria extraordinária, já que uma verificação anual havia sido concluída em setembro.

A nova inspeção, mais abrangente, está sendo feita por especialistas externos. O objetivo é também verificar se há melhorias que possam ser feitas nos processos de acompanhamento das barragens. À exceção do acidente da controlada Samarco, a Vale nunca enfrentou problemas em suas barragens próprias. Procurada, a mineradora não se pronunciou.

As barragens de rejeitos da Vale são divididas por níveis de risco, que determinam a periodicidade em que devem ser auditadas. Diante da dimensão do acidente ocorrido com a Samarco - sociedade entre Vale e BHP Billiton -, entretanto, o conselho insistiu que a companhia fizesse um mapeamento conjunto de todas elas.

Carajás

O principal investimento da Vale em curso, o S11D, em construção em Carajás, no Pará, não usará barragem de rejeitos. O projeto orçado em US\$ 14,4 bilhões é o maior da história da companhia, produzirá 90 milhões de toneladas de minério por ano e entra em operação no fim de 2016. Nele o beneficiamento do minério será feito a seco, ou seja, sem necessidade de usar água no processo industrial.

Com a adoção do processo a seco o ultrafino de minério com alto teor de ferro, que iria para a barragem, não será descartado, permitindo que, em três décadas de vida útil da mina, 300 milhões de toneladas sejam incorporados à produção. Ou seja, quase um ano de produção da Vale - em 2015, a mineradora teve produção de minérios de 345 milhões de toneladas - deixará de virar rejeito da exploração em Carajás.

Artigo: São Tomé

24/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Todos os que já sofreram as agruras de administrar a escassez na administração pública devem ter um olhar benigno para os esforços dos ministros da Fazenda e do Planejamento, que tentam mitigar o desastre fiscal de 2014, com bem definidos limites nominais de gastos a partir de 2016.

Eles são importantes, mas insuficiente para nos levarem à perspectiva de um equilíbrio estrutural num prazo de três ou quatro anos, condição necessária (e talvez suficiente) para acordar o "espírito animal" de nossos empresários, que restabelecerá a sua disposição de investir. Sem ela, o país não retomará o crescimento, a única forma de reconstruir as esperanças dos trabalhadores.

Isso ficou visível nas cuidadosas colocações dos ministros em 19/2. Nelson Barbosa reconheceu claramente a precariedade do programa quando disse que "é preciso evoluir do ajuste fiscal para a reforma fiscal", e Valdir Simão indicou seu caráter emergencial ao afirmar que a proposta poupará "projetos de investimento estruturantes e em fase de conclusão com cortes não lineares".

O corte total foi de R\$ 23,4 bilhões, dos quais pouco mais de um terço incidirá sobre as emendas parlamentares. É preciso lembrar que o excelente trabalho feito pelo relator geral do orçamento, o deputado Ricardo Barros, já havia enxugado a proposta original, que supunha uma queda do PIB menor do que a estimativa atual (-2,9%), que pode estar subestimada e, portanto, superestimando a receita tributária.

Sem uma firme retomada do seu protagonismo ainda no primeiro semestre de 2016, capaz de mudar as perspectivas dos agentes econômicos e criar um ambiente favorável aos investimentos privados, o poder Executivo não terá condições de cooptar firmemente a parte rebelde da sua base e a oposição civilizada para aprovar as reformas.

O grande problema de Dilma é controlar a contradição insanável que parasita o seu governo: um corporativismo reacionário fantasiado de "esquerda" que defende ferozmente as vantagens que extraiu da maioria anestesiada. Sem o apoio de uma robusta maioria do PT, a sua capacidade de cooptação da oposição será nula.

Se tiver sucesso, é muito possível que o programa agora apresentado, seja bem sucedido. Mas é preciso o firme compromisso com os três gatilhos para vigiar mensalmente a necessária cointegração entre a receita e a despesa correntes. Talvez seja melhor reconhecer, de uma vez, que o deficit primário será mesmo de 1% do PIB (ele é, potencialmente, maior) e aplicar, sem tergiversação, preventivamente, com coragem e inteligência, a sucessão crescente de medidas para obtê-lo.

O Brasil, como são Tomé, não se impressiona mais com promessas...

(Antonio Delfim Netto- ex- ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Mais de um terço da indústria do País ficou ociosa em janeiro

24/02/2016 – Fonte: DCI

A indústria brasileira operou com apenas 62% da capacidade instalada em janeiro, repetindo o percentual registrado em dezembro de 2015. A atividade industrial em janeiro do ano passado estava em 67%, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Nas indústrias de pequeno porte, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) chegou a 54% em janeiro. Nas empresas de médio porte, o percentual ficou em 59% e nas grandes em 67%. Em janeiro de 2015, a UCI era de 60%, 65% e 72%, respectivamente.

A produção industrial também apresentou queda no primeiro mês do ano, atingindo 39,7 pontos, o menor índice para janeiro desde o início da série histórica mensal. Valores abaixo dos 50 pontos indicam retração da produção no setor.

Embora o nível dos estoques tenha caído em janeiro, chegando a 48,4 pontos, o índice de estoques efetivo-planejado nas grandes empresas avançou 1,4 ponto na passagem de dezembro para janeiro de 2016. Excesso de estoques nas grandes indústrias pode se traduzir em queda na demanda futura para pequenas e médias.

Ternium não está disposta a vender participação na Usiminas, diz presidente

24/02/2016 – Fonte: DCI

O grupo siderúrgico Ternium, parte da italiana Techint, considera o Brasil como um investimento de longo prazo e não está avaliando no momento se desfazer de sua participação na Usiminas, apesar da briga com a sócia japonesa Nippon Steel pelo controle da companhia brasileira.

"Nós conversamos constantemente com a Nippon Steel sobre como ajudar a empresa (Usiminas) da melhor maneira (...) O Brasil é muito importante para a Ternium e faz sentido permanecer na companhia pensando no longo prazo. Não estamos dispostos a vender nossa parte neste momento", disse o presidente da Ternium, Daniel Novegil, em teleconferência com analistas nesta quarta-feira.

Na semana passada, uma fonte com conhecimento direto no assunto havia afirmado à Reuters que a Nippon Steel seguia interessada em comprar a participação do grupo Techint na Usiminas se a sócia italiana na maior produtora de aços planos do Brasil eventualmente decidir sair do negócio.

A Usiminas tem vencimentos de 1,9 bilhão de reais este ano e caixa de cerca de 2 bilhões de reais. A empresa encerrou 2015 com geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) negativa em 2,318 bilhões de reais e japoneses e italianos estão travando discussões sobre a melhor forma de fortalecer as finanças da companhia.

A Nippon prefere que a Usiminas promova um aumento de capital, associado à renegociação de dívidas da siderúrgica com bancos credores, mas a Techint não quer colocar recursos na companhia brasileira enquanto o acordo de acionistas não for reformado após o racha entre os sócios ocorrido em setembro de 2014.

"No momento, nós não consideramos o aumento capital como uma opção porque existem muitas coisas que precisam ser feitas antes", afirmou Novegil durante a teleconferência nesta quarta-feira".

"Existem diversas medidas que podem ser tomadas para solucionar esse problema: renegociar a dívida com os bancos; vender ativos não estratégicos; usar os 70 por cento do caixa da Musa (mineradora) que são da Usiminas; vender a Usiminas Mecânica e promover uma reestruturação financeira na companhia", acrescentou o executivo.

Na semana passada, reunião do Conselho de Administração da Usiminas terminou sem acordo sobre a injeção de capital na companhia. Uma nova reunião foi marcada para 3 de março para tratar do assunto, disseram fontes à Reuters.

"Nós acreditamos que a companhia vai sair da crise, vai se recuperar. O problema de liquidez será superado com uma boa negociação com os bancos e recuperando os 200 milhões de dólares que a Ternium tem direito na Musa", disse Novegil.

A Ternium registrou no quarto trimestre mais uma baixa contábil no investimento feito na Usiminas, de 192 milhões de dólares. No total, a companhia já fez baixas contábeis de 932 milhões de dólares relacionadas à Usiminas.

A empresa informou que atualmente o valor do investimento na siderúrgica brasileira, que demitiu 1.800 funcionários entre o final de janeiro e início deste mês, é de 240 milhões de dólares.

Artigo: Por que o 'ajuste fiscal' não vai dar certo

24/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Na semana que passou, o Ministério da Fazenda apresentou a sua previsão de corte de gastos e resultados das contas públicas para o ano em curso. Pela proposta apresentada, que contempla um contingenciamento de gastos da ordem de R\$ 23 bilhões, o resultado primário poderá ficar num intervalo entre +0,4% e -1,0%, do Produto Interno Bruto (PIB), a depender do desempenho da arrecadação tributária e de receitas não administráveis, como concessões e outras.

Há avanços na proposição de tornar as metas fiscais mais flexíveis para o curto prazo e uma regra de gastos para os próximos anos, vinculadas ao desempenho da economia. No entanto, algumas questões devem ser levadas em conta: a qualidade do ajuste em si e a inconsistência do conjunto das políticas macroeconômicas praticadas.

Diante da pressão por redução de gastos correntes do governo federal, de Estados e municípios, está havendo forte restrição dos investimentos públicos, justamente aqueles que poderiam ter um importante papel contracíclico na crise, não apenas pelo seu efeito direto na demanda agregada, mas também pelo seu efeito multiplicador e na indução dos investimentos privados.

Vivemos uma combinação perversa de fatores adversos e que exercem forte pressão sobre a atividade econômica. Há os efeitos da queda das commodities, que, além dos impactos negativos nas exportações, também tem provocado uma expressiva redução nos investimentos.

Um segundo efeito vem da Operação Lava Jato no travamento dos investimentos das cadeias interligadas de óleo e gás e construção pesada. A própria crise política também afeta a confiança, adiando decisões.

A consequência da combinação dos itens elencados é uma queda esperada acumulada de mais de 8% no PIB e de quase 30% nos investimentos, considerando o biênio 2015-2016.

Do outro lado, a política monetária apertada, com juros reais da ordem de 6% a 7% ao ano, considerando a taxa Selic praticada vis a vis a inflação esperada para os próximos 12 meses, contrai o crédito e o financiamento na economia, asfixiando a atividade.

Adicionalmente, considerando o conceito nominal das contas públicas, o elevado custo de financiamento decorrente de uma taxa tão elevada de juros pressiona o déficit, impactando no aumento da relação dívida/PIB.

O resultado é que o desempenho negativo da economia, e por conseguinte da arrecadação tributária, inviabiliza o pretendido ajuste fiscal. Diante deste quadro, qual o espaço para que a política econômica induza um movimento de amenização da crise e uma saída?

É justamente o papel da questão fiscal, relevante não apenas o que o gasto público de qualidade poderá exercer, mas também porque se abre a oportunidade de uma alternativa mais ambiciosa de reforma fiscal-tributária, abrangendo itens importantes para destravar a produção e investimentos, além de simplificação de processos e desburocratização.

Por último, mas tão ou mais relevante, é a política monetária. Não é possível estimular a atividade produtiva e investimentos quando a remuneração oferecida pelos títulos do governo, com liquidez e baixíssimo risco, for muito maior do que o retorno esperado nos projetos.

Não é por acaso que Europa, EUA e Japão praticam há anos taxas de juros básicas muito baixas, até mesmo negativas. É para fazer fluir os recursos para a produção e o consumo e reduzir o "custo de oportunidade" dos investimentos produtivos e em infraestrutura.

No Brasil, enfrentar a questão das distorções apontadas exige romper sofismas com firmeza e determinação, enfrentando resistências, além de muita competência técnica para conduzir o verdadeiro ajuste a ser feito.

Enquanto isso, estaremos limitados a remendos inócuos, porque a questão central não é atacada. Reduzir juros básicos e ao tomador final, reformar os tributos, repensar a estrutura dos títulos da dívida pública são questões cruciais, complexas, mas não inviáveis.

(Antonio Corrêa de Lacerda- é professor-doutor da PUC-SP).

Aposta estaria nos aços planos especiais e mini-mills

24/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O futuro da siderurgia tupiniquim passa necessariamente pela retomada do crescimento econômico do País, por investimentos pesados em infraestrutura e por medidas capazes de aumentar a competitividade do Brasil.

Porém, há alternativas que podem viabilizar a sobrevivência e a prosperidade do parque siderúrgico nacional do portão para dentro das usinas. Uma delas é a reestruturação do setor com foco na produção de aços planos especiais e mini-mills

"A escala na siderurgia é muito importante e o País sai perdendo nisso. Já existe ociosidade no mercado mundial e fazer investimentos em grandes usinas não faz sentido. Por isso defendo uma nova política siderúrgica para o Brasil, através de aços especiais e mini-mills", defende o diretor de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), César Medeiros.

Para ele, além do minério com elevado teor de ferro, o Brasil e particularmente Minas Gerais têm níquel, cobre, nióbio, titânio, silício, todos minerais necessários para a criação de ligas especiais de aço. Outro diferencial é que esse tipo de insumo pode ser fabricado em mini-mills, que podem usar o carvão vegetal, mais barato e abundante no País e no Estado.

Medeiros, que também foi presidente da antiga Acesita (hoje Aperam South America), explicou que uma grande usina de aço plano comum usa altos-fornos que exigem o coque como conversor. Mas o preço do insumo é dolarizado e os volumes importados são grande, o que encarece a produção. "Só vejo uma alternativa e os números não mentem. A siderurgia brasileira tem que se especializar em aços planos especiais", reforça.

Para o diretor do Indi, prova disso é que a própria Aperam é uma das únicas que está tendo lucros entre todas as siderúrgicas. A empresa faz dois tipos de aço: o inox, cada vez mais utilizado em escala mundial; e o silicioso, para fins elétricos, como em transformadores, compressores, turbinas de hidrelétricas.

Segundo Medeiros, o Estado como maior interessado, uma vez que tem o maior parque siderúrgico do País, deveria liderar essa discussão através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que, para ele, é o encontro entre governo, empresários e trabalhadores. Esses conselhos funcionam bem em alguns países da Europa, como na Alemanha", destaca.

Consolidação - Para o consultor e ex-presidente da Usiminas Wilson Nélio Brumer, hoje seria muito difícil promover a consolidação da siderurgia brasileira, convergindo para qualquer direção que fosse, devido à quantidade de players no mercado nacional. "Mas acho que essa pode ser uma tendência mundial devido ao excesso de capacidade e às várias plantas fechadas. Vai chegar um momento em que o Brasil terá que repensar isso", pondera.

Uma outra visão, do chão de fábrica para fora, é que a siderurgia precisa ser competitiva no mundo globalizado. "Mas é muito difícil ter empresas competitivas em um País que não é competitivo", alerta Brumer. Assim, o futuro do setor no Brasil está intimamente ligado ao futuro da economia brasileira.

Desenvolvimento mineiro pautado no aço

24/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Rica em minério, água, florestas e com uma logística bem desenhada por meio de estradas de ferro, Minas Gerais pautou seu desenvolvimento industrial na produção do aço.

Durante muitos anos, a estratégia de aproveitar as vantagens competitivas trouxe divisas, investimentos e notoriedade no cenário mundial para o Estado. Nesse contexto, muitas cidades surgiram e cresceram ao redor do fortalecido parque siderúrgico instalado.

Mas, sem um processo de diversificação da economia adequado e com a recente reversão do ciclo virtuoso do setor, a nova realidade instaurada não é nada animadora. Menor arrecadação, desemprego, falência de empresas são apenas uma parte da história. A outra, tão triste quanto, mostra um verdadeiro desespero em municípios onde a economia gira em torno do resultado das siderúrgicas.

Em 2015, 1,23% do total arrecadado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em Minas Gerais foi proveniente do setor siderúrgico, que está entre os dez mais importantes para o Estado.

O que parece ser uma participação relativamente alta, na verdade fica abaixo dos 2,41% de representatividade que tinha em 2014. Em apenas um ano, o setor teve

baixa em termos de geração de ICMS de 40%, ao passar de R\$ 781,908 milhões para R\$ 468,897 milhões, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).

Para se ter uma ideia de quanto o setor está parado no tempo, ou melhor, regredindo, a arrecadação de ICMS em 2010 havia ficado em R\$ 700,508 milhões. Ou seja, até 2014, havia andado de lado, mantendo praticamente o mesmo nível. Quando comparado com 2015 é que o quadro fica desastroso, com variação negativa de 33%.

Opções - Se para o Estado, que conta com várias outras opções de arrecadação, o mau momento do setor siderúrgico trouxe reflexos sensíveis, em cidades que nasceram em função do desenvolvimento do setor a situação é ainda pior. A queda na arrecadação das prefeituras é apenas a ponta do iceberg.

Com uma visão um pouco mais aprofundada, é possível ver toda uma cadeia em agonia. Fornecedores de matéria-prima e prestadores de serviços para o setor já sentem o impacto de forma imediata. E, indiretamente, segmentos como o comércio e o mercado imobiliário também sentem forte retração em seus negócios.

Apenas no Vale do Aço, onde estão a Usiminas e a Aperam South America, centenas de empresas localizadas no chamado "colar metropolitano", que concentra 23 municípios, sentem o baque da crise no setor siderúrgico. "Estamos falando de um elo que está descarrilhando. Nesse grupo de cidades, existem diferentes perfis econômicos. Mas é fato que elas são fortemente afetadas pelo que ocorre com a siderurgia.

A cadeia produtiva do setor siderúrgico representa cerca de 50% da economia regional", afirma o presidente da regional Vale do Aço da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Luciano Araújo.

Até mesmo aqueles municípios que são fornecedores de alimentos sentem os impactos do mau momento do setor, uma vez que a demanda reduz de forma generalizada, em face ao aumento do nível de desemprego e redução das compras das próprias empresas do setor e da prefeitura.

O Vale do Aço foi apenas um exemplo mas os efeitos da crise no setor siderúrgico perpassam por várias outras regiões. Na porção do Estado apelidada de "Quadrilátero Ferrífero", uma área vizinha a Belo Horizonte com algo em torno de 7 mil quilômetros na região Centro-Sul, o momento também é de apreensão.

Trabalhadores da indústria e construção têm maior queda na renda média, diz IBGE

24/02/2016 – Fonte: Valor Econômico

A indústria dispensou 298 mil trabalhadores em janeiro, em relação a janeiro de 2015. A queda no total ocupado na atividade foi de 8,5% no período de um ano, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A construção fechou 38 mil vagas no período. As duas atividades foram as que registraram as maiores quedas no rendimento médio real dos trabalhadores. Os empregados da indústria estão recebendo 8,8% menos do que no ano anterior, enquanto os da construção tiveram perda de 10,1% na renda.

"A indústria e a construção foram setores que demitiram bastante em 2015. Pode ser que tenham sido demitidas pessoas com rendimentos maiores e que ficaram as

peças com rendimentos menores", lembrou Adriana Beringuy, técnica da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Outra explicação para a queda na renda seria a redução do poder de barganha de funcionários em momentos de negociação de reposição salarial. Os reajustes estariam vindo abaixo da inflação acumulada no período. A renda média do trabalhador diminuiu 7,4% em janeiro de 2016 ante janeiro de 2015.

"A gente teve alguns fenômenos operando em 2015: a redução na ocupação, os rendimentos não aumentaram tanto, e teve a inflação também", enumerou Adriana. Também reduziram o número de ocupados as atividades de comércio (-0,5%, 25 mil vagas extintas); serviços prestados a empresas (-1,6%, 64 mil trabalhadores dispensados); serviços domésticos (-5%, 72 mil pessoas a menos); e outros serviços (-3,4%, 155 mil postos de trabalho cortados).

O único grupo com aumento no total de ocupados foi o de Educação, Saúde e Administração pública, com avanço de 0,3%, 12 mil vagas criadas.